

1.RODRIGO DUGULIN DE CASTRO; 2.MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO; 3.DANIEL FERREIRA DA SILVA; 4.EZEQUIEL REDIN

1,2,3.UFVJM, DIAMANTINA - MG - BRASIL; 4.UFSM, SANTA MARIA - RS - BRASIL.

Campesinato no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais

Grupo de Pesquisa: 7 - Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

Este artigo busca realizar um resgate histórico do conceito de campesinato, desde fins do séc. XIX, até os dias atuais, buscando identificar as principais correntes de pensamento e os principais marcos teóricos para avançar no entendimento da população rural no Vale do Jequitinhonha. O debate teórico surgiu através do questionamento do papel do campesinato no sistema capitalista e sobre sua permanência, ou não, como modo de vida e de produção específico ante o avanço do capitalismo no campo. Fez-se um resgate generalista, que pode ser resumido em três grandes correntes, a saber, a do *fim do campesinato*, a do *fim do fim do campesinato* e a da *metamorfose do campesinato*, que surgiram no final do séc. XIX e guiaram os caminhos de todo o debate ao longo do séc. XX, até a inclusão do marco teórico da questão ambiental, culminando na visão de campesinato com um enfoque agroecológico. No Brasil, o debate teve algumas particularidades, pois seu processo histórico e sua constituição foram diferentes da Europa Ocidental. Assim, além do debate delineando pelas três correntes gerais, houve também um debate sobre a constituição, ou não, de um campesinato brasileiro. Por fim, foram destacadas algumas características da população rural do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, tendo como base a teoria e os pensamentos apontados nas duas partes anteriores.

Palavras chave: Desenvolvimento Rural, Conceito de Campesinato, Agricultura Familiar, Sociologia Rural, Vale do Jequitinhonha.

Abstract

This article tries to make a historical concept of the peasantry, since the end of the century. Century, until today, trying to identify the main currents of thought and the main theoretical frameworks to advance the understanding of the rural population in the Jequitinhonha Valley. The theoretical debate has emerged through the questioning of the role of the peasantry in the capitalist system and about her time or not, as a way of life and production specific to the advance of capitalism in the countryside. There was a general ransom, which can be summarized in three main streams, namely the end of the peasantry, the end of the end of the peasantry and the metamorphosis of the peasantry, which emerged at the end of the century. Nineteenth and guided paths throughout the debate throughout

the century. XX, by the inclusion of the theoretical framework of environmental issues, culminating in the vision of a peasant with agroecological approach. In Brazil, the debate had some peculiarities, for its historical process and its constitution were different from Western Europe. Thus, beyond the debate by outlining three general currents, there was also a debate about the constitution or not, a Brazilian peasantry. Finally, we highlight some features of the rural population Jequitinhonha Valley, *Minas Gerais*, based on the theory and thoughts pointed in the previous two parts.

Key works: *Rural Development, Peasants Societies Conception, Familiar Agriculture, Rural Sociology, Valley of River Jequitinhonha*

1. Introdução

O meio rural brasileiro é predominantemente ocupado pela chamada Agricultura Familiar. Este argumento é comprovado pelo Censo Agrário 2006, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. De acordo com essa pesquisa, os “estabelecimentos familiares” correspondem a 84,4% do total de estabelecimentos no campo brasileiro. Isso significa 74,4% das pessoas ocupadas no campo, ou 15,3 pessoas por cada 100ha. De acordo com a pesquisa, esse número é mais de duas vezes superior ao número de pessoas ocupadas no país na construção civil. De acordo com a mesma pesquisa, a agricultura “não familiar” ocupa 4,2 milhões de pessoas, ou 1,7 pessoas por cada 100ha. Apesar de ocupar 24,3% da área total dos estabelecimentos, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção gerado no país. A pesquisa mostra ainda que, mesmo utilizando uma área bem menor, a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos básicos fornecidos à população brasileira, com destaque para a mandioca (87%), feijão (76%), suínos (59%), leite (56%), aves (50%), além de produtos como milho, café, arroz e bovinos cuja participação é bastante relevante. Outro resultado importante é em relação ao Valor Bruto de Produção por Área, quando a agricultura familiar alcança R\$677,00 por hectare por ano, enquanto os estabelecimentos não familiares produzem R\$358,00.

Todos esses dados mostram a importância da participação da chamada agricultura familiar para o Brasil, econômica e socialmente, pois além de uma grande participação na economia e na produção de alimentos para abastecimento do mercado interno, é grande mantenedora de pessoas ocupadas no campo evitando o êxodo rural.

Outro fator bastante relevante que está relacionado à questão do campesinato, principalmente no Brasil, é que a história do campesinato brasileiro, bem como a sua constituição, é marcada por conflitos e por uma grande instabilidade agrária. Desde seu surgimento, segundo Neves e Silva (2008), durante a implantação do sistema de *plantation*, até os conflitos atuais em torno das populações tradicionais, como quilombolas e indígenas, de agricultores atingidos por barragens e monoculturas, como o eucalipto, e dos trabalhadores rurais sem terra. No cerne desses conflitos está a concentração de terras e programas de desenvolvimento para o campo implantados pelos governos estaduais e federais.

É devido a essa importância que diversos autores de várias áreas do conhecimento tem se dedicado a compreender essa população rural, não só no Brasil, mas em todo o mundo. A diversidade de áreas resulta numa diversidade de linhas de pensamento, ou correntes, que pensam a questão do campo e delineiam projetos de desenvolvimento.

A primeira pergunta que surge desse debate é acerca do entendimento do que é camponês. Parte-se da premissa de que o camponês constitui, ou ao menos constituiu-se, uma classe em si, que possui uma ideologia própria, singular, que, mesmo coexistindo com outras classes e outras ideologias, possui características singulares de produção e reprodução. Como consequência surge a questão do papel do camponês no sistema capitalista. E quais são as condições de existência (permanência) do camponês como classe em si. É o resgate desse debate que é feito na primeira parte do presente trabalho.

Na segunda parte, é feito um resgate de apropriação desse debate para a realidade e para o processo histórico da constituição do campo brasileiro. Bem como o significado e as implicações do uso de novos termos para a população do campo, tais como Agricultor Familiar, Pequeno Produtor ou Pequeno Agricultor.

Por fim, a atenção é voltada para o Vale do Jequitinhonha na qual são levantadas algumas características marcantes de sua população rural, bem como do processo histórico do Vale. Isso permitiu dialogar com os conceitos e as discussões levantadas nas partes anteriores.

1.1. Objetivo

Fazer um resgate histórico do conceito de camponês, desde meados do século XIX, e do debate acerca do tema ocorrido ao longo do século XX até os dias atuais, resgatando as correntes e os principais pensadores para avançar na compreensão do modo de organização e produção existente no Vale do Jequitinhonha pelas famílias que residem no campo.

1.2. Justificativa

O interesse deste estudo, bem como a sua relevância para academia e além, surge justamente da importância que este segmento da sociedade brasileira assume na dinâmica do país. É através da compreensão do modo de vida, produção e reprodução que se poderá definir programas e projetos de atuação/intervenção que sejam mais eficazes e condizentes com a realidade a que se referem. Como exemplo prático, pode-se citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF– criado pelo governo federal, tendo como base teórica a conceituação da FAO.

É preciso entender claramente que o camponês constitui uma classe em si, com ideologia própria. Isso significa dizer que o camponês toma as decisões que conduzem a sua reprodução social baseados numa lógica diferente da lógica do modo de vida e de produção capitalistas, ideologia hegemônica atualmente.

A conceituação teórica do camponês como classe em si, detentora de características específicas de produção e reprodução também é importante para se pensar políticas públicas para o campo, bem como desenvolver modelos de desenvolvimento rural verdadeiramente sustentáveis, garantindo qualidade e condições de vida no campo.

2. Material e Métodos

Esse trabalho é uma Revisão de Literatura acerca do debate gerado em torno do conceito de camponês e de sua controvérsia central, a saber, sua capacidade adaptativa que lhe garantiria as condições de produção e reprodução dentro do sistema capitalista, seu desaparecimento, ou sua transformação em agricultura familiar moderna integrada ao mercado e à lógica capitalista de produção. Para tanto, foi necessário, primeiro, evidenciar

o que se entende como campesinato e quais características gerais são apontadas que definem o campesinato como classe, e, segundo, fazer um resgate histórico das diversas correntes que pensaram sobre o papel do campesinato no capitalismo e fizeram projeções para este. Procurou-se percorrer pelo pensamento a cerca do campesinato ao longo de todo o século XX até os dias atuais. Em seguida, fez-se uma reflexão em torno dos novos termos utilizados na literatura científica para definir essa população do campo, tais como Agricultura Familiar, Pequeno Produtor e Pequeno Agricultor e quais são as implicações teóricas e práticas da utilização desses termos.

O trabalho é dividido em três partes principais: 1- Campesinato: com uma reflexão generalista, buscando autores que estudaram realidades diversas em todo o mundo ocidental; 2- Campesinato no Brasil: onde aparece a discussão acerca do campesinato para a realidade e processo histórico brasileiro, além das condições de existência e permanência do campesinato no Brasil; e 3- Campesinato no Vale do Jequitinhonha: partindo do embasamento teórico das duas partes anteriores, o trabalho direciona-se para o Vale do Jequitinhonha, sua ocupação e a organização do modo de produção das famílias rurais que nele residem.

3. Revisão da Literatura

Para orientar os argumentos, três obras foram adotadas como norteadoras de toda a discussão: *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, de Eduardo Sevilha Guzmán e Manuel González de Molina, *O campesinato no século XXI. Potencialidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*, de Horácio Martins de Carvalho (org.), e pela coleção *História Social do Campesinato Brasileiro*, composta por cinco tomos, sendo cada tomo organizado por autores diferentes. Além desses livros utilizados como referência, outros livros e artigos, bem como uma busca na internet também compõe a bibliografia.

3.1. Resgate histórico do conceito de campesinato

3.1.1. Tentativa de conceituação do termo

O campesinato tem sido objeto de intensa discussão teórica desde meados do século XIX, quando o mundo ocidental vivia outro intenso debate, a saber, o embate entre as ideologias capitalista e a socialista. Para Guzmán e Molina (2005), foi do acúmulo teórico gerado pelas teorias evolucionistas, sejam na filosofia, ou nas ciências sociais, ou nas ciências políticas e sociais, ao longo dos séculos XVIII e XIX que, cientificamente, surgiu o pensamento social agrário. Dentro desse pensamento social agrário, ou sociologia rural, é mais ou menos consensual uma característica marcante do campesinato: a sua existência ao longo das profundas mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas na história do mundo ocidental. Em outras palavras, trata-se de sua capacidade adaptativa. Carvalho (2005), afirma que:

“Com maior ou menor relevância econômica, social e política, e se reproduzindo socialmente sob inúmeras formas de vida social e de apropriação da natureza, os camponeses afirmam e reafirmam seus modos de ser e de viver, marcando diferenças com relação aos estilos de vida dominantes e com as formas de conceber as suas relações sociais e de produção e aquelas com a natureza.”
(CARVALHO, 2005: 11)

E por conseguirem atravessar diversas formas de organização social, Carvalho (2005) destaca que o campesinato tem sido fonte de diversas interpretações e estudos sobre sua permanência ou seu desaparecimento. Contudo, é justamente pela sua capacidade de

produção e reprodução que, para o autor, o modelo de desenvolvimento rural deve considerá-lo. Assim:

“(...) Ainda que hegemônica a concepção capitalista é insuficiente e imprecisa para dar conta da interpretação da dinâmica da realidade camponesa e para a formulação de proposta para a consolidação do campesinato no Brasil.” (CARVALHO, 2005: 11)

Para Neves e Silva (2008), a questão do campesinato no campo acadêmico surge juntamente com seu reconhecimento no campo político. Este último adota uma perspectiva da sua capacidade adaptativa a diferentes formas econômicas dominantes. E aqui aparece também a controvérsia central do campesinato, pois ele aparece ora pensado na sua permanência, ora por seu imediato ou gradual desaparecimento.

“(...) Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetos. A esse respeito, a construção da história do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura.” (NEVES e SILVA, 2008:09)

Devido a sua presença em diversos tipos de sociedade, da coexistência com outros agentes sociais e ao forte caráter político que envolve o debate sobre campesinato, bem como a grande diversidade de contextos histórico-sociais em que este aparece, a conceituação do termo possibilita diversas interpretações (NEVES e SILVA, 2008). Shanin (2005) propõe a adoção de seis “categorias de características” para a especificidade do campesinato, categorias essas que, segundo o autor, apresentam bastantes semelhanças entre os camponeses em diversas partes do mundo: a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional; os padrões e tendências da organização política dos camponeses; normas e cognições típicas; as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento; pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa; as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural.

O eixo central que delineia as características determinantes do campesinato está na natureza e dinâmica do estabelecimento familiar, tanto como unidade básica de produção e meio de vida social. Ou seja, a condição de existência do camponês pressupõe a existência de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. (SHANIN, 2005).

Essa abordagem através da visão do estabelecimento como unidade básica foi a “linha mestra da pesquisa e do debate político na Europa Central e Oriental, durante o século passado” (SHANIN, 2005: 06). Para o autor, embora o enfoque e as conclusões tenham seguidos caminhos diferentes, é consensual entre os campos ideológicos e as escolas de pensamento a raiz do campesinato. Contudo, “*tampouco havia qualquer critério pelo qual pudéssemos julgar quando e se, no bojo das transformações econômicas e sociais, essa entidade chegaria ao fim. Foi a unidade de produção familiar camponesa e sua metamorfose estrutural, ou seu desaparecimento, que delinearão essas questões*” (SHANIN, 2005: 6).

Para Martín (1992), campesinato pode ser definido como um modo de vida que se concretiza numa interação complexa entre natureza, trabalho e família, caracteristicamente rural. É organização formal, comportamento individual e atitudes sociais estreitamente unidos entre si, com o objetivo de trabalhar a terra com ferramentas simples e centrada no

trabalho humano em estabelecimentos familiares. Citando Kroeber, o autor acrescenta que a relação com a terra é essencial para a definição do campesinato.

Martín (1992) destaca que, partindo da importância que este autor dá à relação com a terra, pode-se incluir populações que não tem como atividade principal a agricultura dentro do conceito de campesinato, tais como os pescadores, artesãos e comerciantes. A base argumentativa para ampliar abrangência do conceito se dá em duas linhas principais, a saber, o fato de que tais populações, ou famílias, também cultivam a terra em tempo parcial e estão ligados muitas vezes com os camponeses agricultores por laços de parentesco.

Nessa mesma linha, Neves e Silva (2008), depois de apontarem a necessidade de ruptura com relação à primazia dos aspectos econômicos nas análises do campesinato em relação a aspectos culturais, seguem nessa mesma linha de abrangência do termo:

“A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras do sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.” (NEVES e SILVA, 2008:09)

Se o campesinato, em sua dimensão antropológica, pode ser tomado como um modo de vida, da mesma forma pode tomar a economia campesina como uma forma de produção, *“um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social”* (MARTÍN, 1992: 101-102). Essa idéia garante ao campesinato seu *status* de categoria analítica e capacidade de coerência ao que Redfield (1956: 25) descreveu como uma forma de organização social presente em todo o mundo contendo uma série de pontos em comum. Martín (1992) denominou esses pontos em comum genericamente de “campesinidade”.

Martín (1992) explica a auto-identificação dos camponeses como consequência do interesse comum contra outras classes, de modo que as características comuns do campesinato tornam a diferenciação interna secundária. A partir dos conceitos adotados, o autor deduz então quais seriam os atributos comuns entre todos os camponeses: familismo, coesão coletiva, diferenciação interna, subordinação, pluriatividade e relação com mercado. E num esforço de síntese, conceitua campesinato da seguinte forma:

“(…) se propone definir al campesinado como grupo social, caracterizado por su modo de vida rural, organizado familiar y comunalmente, estratificado internamente, pero subordinado en su conjunto a poderes externos al grupo y a las fuerzas del mercado, y que obtiene sus medios de subsistencia de la producción agropecuaria y de otras actividades desempeñadas por la unidad familiar de rentas mixtas, a partir de una estrategia multiuso en su relación con el ecosistema, que tiene como correlato la pluriactividad en su relación con el medio económico. Coherentemente con ello, la economía campesina sería aquella forma de producción basada, fundamentalmente, en la mano de obra familiar, organizada en pequeñas explotaciones agropecuarias de tecnología intensiva en trabajo, que usan medios de producción naturales, y que precisan en diversos grados del recurso a los bienes comunales, a las actividades complementarias y al mercado para asegurar su reproducción económica.” (MARTÍN, 1992: 122)

3.1.2. A controvérsia central

Desde do surgimento do campesinato como objetivo de interesse no campo acadêmico em meados nos séculos XVIII e XIX, como já foi referido anteriormente, a

discussão em torno do campesinato tem como controvérsia central a seguinte questão: ou o campesinato se metamorfoseia estruturalmente, transformando-se em pequena empresa agrícola, ou se torna proletário rural (SHANIN, 2005). Nessa perspectiva, não há futuro para o camponês, pois ou ele se integra ao capitalismo numa ou outra forma, ou ele continua sendo camponês e estará condenado ao desaparecimento. (FERNANDES, 2009).

O modo de produção camponês não se constitui numa formação particular, mas está sempre integrada numa série de formações, se adaptando e interiorizando as leis econômicas de cada uma, deixando por outro lado, em maior ou menor grau, a sua influência. Pode-se compreender, portanto, como o campesinato, entendendo-o como modo de vida, conseguiu sobreviver a diversos contextos de organização social e resiste ainda hoje, apesar da predição de muitos autores do seu fim. Contudo, sua relação com o capitalismo se dá de maneira singular, principalmente com o mercado. O mesmo se pode dizer também com relação às economias socialista. O campesinato consegue conviver e se relacionar com essas economias e formas de vida social e manter-se, em diferentes graus, parcialmente autônomos, com seus próprios princípios e sua ideologia de classe. (TEPICHT *apud* CARVALHO, 2005).

As afirmações de diversos pensadores, especialmente os marxistas, sobre o fim do campesinato partem de *O Capital*, de Marx, ao se tratar do avanço do capitalismo no campo e da expropriação dos camponeses. Shanin (2005) ressalva que na discussão em relação à permanência do campesinato muitas correntes tem feito um apelo para a desconceitualização do camponês, “*invocando-se para tanto a própria autoridade de Marx*” (SHANIN, 2005: 06). O autor considera o contexto histórico em que Marx estava inserido quando desenvolveu seu pensamento, ou seja, trata-se de um pensador europeu da Europa Central, vivendo no meio inglês capitalista, “descamponesado”.

“Com efeito, Marx aponta-o tranqüilamente como a “oficina individual (que) contém a economia total, constituindo um centro independente de produção” de um período anterior, subseqüentemente comercializado e parcialmente transformado pelo início do desenvolvimento capitalista da França. (...) A tendência prevista do desenvolvimento posterior também foi esclarecida. Trata-se da “dissolução da propriedade privada baseada no trabalho de seu proprietário”, isto é, do avanço do desenvolvimento capitalista devido à reestruturação da sociedade em duas classes fundamentais, dissolvendo, nesse processo, as unidades de produção familiares camponesas e, portanto, o campesinato. Ou seja, “a produção de capital e de trabalhadores assalariados é, portanto, o principal produto do processo pela qual o capital se valoriza”. Conseqüentemente, a linha mestra da teoria social marxista abordou o campesinato contemporâneo através da problemática de sua transformação capitalista expressa em dois principais debates conceituais, referentes à diferenciação e aos modos de produção. E nessa linha foi tratada a questão da posição dos camponeses dentro da história e da sociedade.” (SHANIN, 2005:06)

O pensamento marxista, portanto, foi o ponto de partida da controvérsia central citada. Para buscar a gênese teórica do campesinato no pensamento social agrário é necessário traçar os elementos básicos dos movimentos intelectuais que Guzmán e Molina (2005) definem como “pensamento evolucionista sobre o campesinato” e “Direito Consuetudinário camponês” (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 18).

Para estes autores, o elemento central da análise de tal esquema unilinear do processo histórico está no conflito gerado na organização social camponesa pela penetração do capitalismo. A proximidade dos pensamentos teóricos nos permite, segundo os autores, falar de uma corrente conflitivista de estudos agrários, encontrando-se na origem que eles chamam de antiga tradição dos estudos campesinos.

3.1.3. Antiga Tradição dos estudos campestinos

Segundo Guzmán e Molina (2005), o narodnismo constitui a primeira corrente do que eles chamam de antiga tradição dos estudos campestinos. Tal corrente surgiu através do intenso debate intelectual e político na Europa durante o século XIX. O narodnismo tinha como tema central a controvérsia apontada por Carvalho (2005).

Guzmán e Molina (2005) destacam que o narodnismo russo possuía diversas correntes teóricas que coexistiam entre si, com diferentes práxis intelectuais e políticas, que buscavam para a Rússia um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista, tendo o campesinato como protagonista central. O narodnismo russo pode ser definido, como uma práxis intelectual e política que elabora uma estratégia para a luta contra o capitalismo, vendo nas formas de organização coletiva do campesinato russo a existência de um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo. Isso permitiria frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade. (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 22-23)

Dentro da diversidade de pensamentos constituintes do Narodnismo Russo, é relevante destacar o Anarquismo Agrário, que tem como principais pensadores Bakunin e Kropotkin. Para Guzmán e Molina (2005), uma das contribuições mais importantes do pensamento de Kropotkin foi o desenvolvimento da idéia sobre o “apoio mútuo”, elevando-o à categoria científica. E desse pensamento, Kropotkin acaba contribuindo muito para o debate sobre a propriedade comunal, como mecanismo de sobrevivência a fatores desfavoráveis de existência.

Enquanto outras correntes do narodnismo acreditavam que o atraso russo permitiria à Rússia, através da observação da experiência de outros países europeus, saltar algumas etapas entre o capitalismo e o socialismo, para o anarquismo agrário, o atraso era a condição de possibilidade de uma revolução social, que seria desencadeada justamente pela condição de miséria e desespero do campesinato. É daí que o anarquismo agrário enxerga no campesinato uma classe potencialmente revolucionária. (GUZMÁN & MOLINA, 2005)

Ainda dentro da antiga tradição, outra corrente de pensamento é o Marxismo Ortodoxo. Segundo Guzmán e Molina, o marxismo ortodoxo pode ser caracterizado pelos seguintes traços teóricos: “1. incompreensão do contexto teórico de *O Capital*; 2. interpretação errônea do último Marx por parte de Engels; 3. unilateralidade do processo histórico; e 4. consideração da agricultura como ramo da indústria.” (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 40)

Detalhando mais, os autores apontam as causas dos erros de interpretação de Marx e suas consequências. Para Guzmán e Molina (2005), os principais erros são: a generalização das análises de Marx, centradas numa determinada sociedade (a inglesa), para todo o mundo; o desconhecimento da metodologia utilizada por Marx; esquecimento da última fase do pensamento de Marx, que os autores chamam de “virada narodnista”, quando Marx volta seu pensamento para o papel do campesinato no processo histórico; tomada do modelo utilizado por Marx do processo histórico dos modos de produção e formações socioeconômicas (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo) como uma teoria geral aplicável em todas as sociedades, tornando-se, assim, o único caminho evolutivo, em suas formas de produção. Os autores destacam ainda que Marx, quando escreveu *O Capital*, considerou a agricultura como um ramo da indústria e por isso não fez uma análise específica. E os marxistas ortodoxos seguem essa linha de análise.

Guzmán e Molina (2005) apontam os pensamentos de Kautsky e Lenin como os dois principais marcos teóricos do marxismo ortodoxo com relação à questão agrária. Kautsky desenvolveu seu pensamento sobre a maior lentidão do avanço do capitalismo no campo, dos processos de centralização e concentração na agricultura. Com isso, formulou propostas teóricas em relação, por um lado, às pressões políticas dos grandes proprietários e o papel do Estado e, por outro, as formas de resistência do campesinato. Já Lenin, caracterizou os mecanismos de proletarianização do campesinato, sendo este interpretado num contexto geral, extrapolando a realidade Russa. E nessa caracterização aparecem inúmeras contradições entre as formas de exploração camponesa e o latifúndio (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 51-52).

“Resumindo, no decorrer do século XIX, configuram-se duas categorias intelectuais nas quais se articulam duas práxis sociopolíticas claramente definidas. Por um lado, o narodnismo, como defensor da vigência do campesinato, com um potencial de adaptação histórica; e, por outro, o marxismo ortodoxo, para quem o campesinato não seria mais do que um resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado nos altares do progresso. O triunfo do marxismo ortodoxo (...) supunha, paradoxalmente, uma convergência com o pensamento liberal agrário: a agricultura haveria de se transformar num ramo da indústria.” (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 53)

3.1.4. A nova tradição dos estudos camponeses

Existe um consenso em situar a nova tradição dos estudos camponeses no ano de 1948, a partir da caracterização feita por Kroeber, já citada anteriormente. Embora já sejam encontrados nessa definição alguns elementos-chave que serão posteriormente utilizados para definir o campesinato, a nova tradição e sua acumulação teórica foi iniciada de fato por Robert Redfield. Segundo Molina e Guzmán (2005), seu trabalho constituiu-se em formular um tipo ideal de sociedade camponesa, que ficou conhecido com *Folk-Society*.

Mas foi com Eric Wolf e Teodor Shanin, que, recuperando a antiga tradição dos estudos camponeses, além de abordarem os principais elementos dos autores da nova tradição, elaboram o marco teórico dos ecotipos camponeses, no caso do primeiro, e o marco teórico do narodnismo marxista, no segundo, através do rompimento da visão unilinear do processo histórico (GUZMÁN e MOLINA, 2005: 53).

Faz-se necessário resgatar aqui o pensamento desenvolvido por Chayanov. Este faz sua análise partindo do ponto de vista microeconômico, ao contrário de Marx que parte da perspectiva do sistema econômico para a análise da relação camponês/capitalismo. Enquanto neste o comportamento específico das unidades produtivas levariam a resultados homogêneos, para o primeiro, o comportamento específico da unidade camponesa leva a um comportamento sem determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas (CARVALHO, 2005). Para Chayanov, é preciso a construção de uma nova teoria que parta do suposto de que a economia camponesa não é tipicamente capitalista e, por isso, é impossível de se determinar os custos de produção pela ausência de “salário”. Assim como o lucro é percebido pelo camponês como uma retribuição ao seu trabalho, concepção diferente da dos empresários capitalistas. Chayanov definiu a família como fundamento da economia camponesa, ela é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo, ou seja, é o ponto de partida e o objetivo da sua atividade econômica (CARVALHO, 2005).

Para Wolf, à luz das idéias de Chayanov, o dilema fundamental do camponês em relação à economia capitalista está, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior em relação às necessidades encontradas pelo núcleo familiar. Assim, apresentam-se duas estratégias que o camponês pode assumir: ou incrementar a produção; ou reduzir o

consumo familiar. Contudo, o autor afirma que os camponeses estão em permanente estado dinâmico, movendo-se continuamente entre as duas estratégias na busca de uma solução (CARVALHO, 2005).

Em relação ao rompimento com a visão unilinear do processo histórico atribuído a Shanin pode ser percebido na seguinte passagem:

“(...) aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. (...). Finalmente, e o que é mais importante, essas conclusões não são simplesmente um exercício de lógica, mas são centrais para estratégias de pesquisa e ação política, pois implicam que os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados tanto enquanto tais, como dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem.” (SHANIN, 2005: 14)

Novos marcos foram surgindo através de diversos autores, que incorporavam à nova tradição outras dimensões à sociologia rural. Guzmán e Molina (2005) destacam os trabalhos de Norman Long, que trouxeram a questão do desenvolvimento rural vinculado à identidades locais, numa perspectiva de desenvolvimento local. Robert Redclift também é citado pelos autores devido à sua contribuição na confluência dessa orientação teórica com a sociologia do subdesenvolvimento.

Guzmán e Molina colocam o que eles chamaram de “ecodesenvolvimento” dentro dos estudos sobre campesinato. Dentro desse marco teórico os autores destacam Enrique Left, que:

“(...) ao caracterizar o processo histórico em suas interações com a política agrária e rural desenhada pelos organismos internacionais, situa ecodevelopimento no seguinte contexto: ‘As estratégias do ecodevelopimento tem sido desarticuladas do marco geral das lutas sociais pela apropriação dos recursos; isso fez com que o ecodevelopimento, apesar de promover a autonomia cultural e a gestão tecnológica das comunidades, apareça como uma resposta do capital à crise ecológica (de recursos, energética, de alimentos) do momento atual, mais que como uma práxis de transformação produtiva e de mudança social para assentar as bases de um desenvolvimento equitativo e sustentável.’” (GUZMÁN e MOLINA, 2005: 60)

Segundo Guzmán e Molina, na década de 1980 houve uma renovação teórica que ficou conhecida como Sociologia da Agricultura. Para os autores, até meados dos anos 1990, as contribuições dessa renovação surgiam em torno do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. *“(...) o último dilema se encontrava no fato da agricultura familiar estar condenada a desaparecer ante uma mercantilização incontida, ou se, ao contrário, possuía mecanismos de resistência para manter sua natureza socioeconômica.” (GUZMÁN e MOLINA, 2005: 62).* Esse marco teórico se move num contexto teórico de uma práxis que não somente é convergente com o neoliberalismo em relação ao inevitável desaparecimento do campesinato, cuja única salvação é o agronegócio, mas como está dentro dele (GUZMÁN & MOLINA, 2005).

A evolução teórico dos estudos camponeses até a inclusão da ecologia como uma dimensão essencial surge na América Latina, visto que esta conservou sistemas de agricultura tradicional importantes para a agroecologia. O início desse processo pode ser atribuído a dois autores, a saber, Angel Palerm e Juan Martínez Alier. Em relação ao

primeiro, segundo os autores, ele dedicou seus últimos trabalhos à análise do papel do campesinato no capitalismo (GUZMÁN & MOLINA, 2005).

“(...) assim, referindo-se ao campesinato [Palerm] estabelece: ‘Resulta evidente que em lugar das hipóteses e as práticas de seu desaparecimento, se necessita uma teoria da sua continuidade e uma práxis derivada da sua permanência histórica’ que ‘não somente subsiste modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações do sistema’, mas também que subsiste igualmente mediante as ‘vantagens econômicas perante as grandes empresas agrárias’ que possuem as suas formas de produção.’” (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 72)

Segundo Guzmán e Molina (2005), Palerm lançaria, ao desenvolver esse estudo, as bases epistemológicas da agroecologia, pois esse modelo de organização da produção agrícola já possui sua “protoforma” no sistema camponês. Aqui o camponês deixa de ser uma classe destinada ao desaparecimento, sendo um resquício de feudalismo, para se tornar a semente da futura organização dos meios de produção e reprodução agrícola.

Stephen R. Gleissman, seguindo a linha de Palerm, torna-se um dos primeiros construtores da agroecologia, tendo como elemento central os aspectos sociais, elaborando assim o marco teórico do “contexto da sustentabilidade da agricultura”. Outro autor importante é Victor Manuel Toledo, que, através de diversos trabalhos de várias áreas do conhecimento, consolida essa proposta que pode ser considerada potencialmente como um novo paradigma.

3.1.5. Tentativa de conclusão

Pode-se sistematizar todo o caminho teórico e o debate em torno do campesinato desde o século XIX, atravessando o século XX, até os dias atuais em três paradigmas: o paradigma do **fim do campesinato**, que compreende que este está em vias de extinção; o paradigma do **fim do fim do campesinato**, que entende a sua existência a partir de sua resistência; e o paradigma da **metamorfose do campesinato**, que acredita na sua mudança em agricultura familiar (FERNANDES, 2005: 24).

Guzmán e Molina (2005), a respeito do conceito de campesinato, e de seu “percurso” teórico, refletem que:

“(...) essa polêmica deu lugar a insistentes e pouco esclarecedoras discussões sobre se o campesinato constituía ou não uma classe, e se esta era em si ou para si; ou se, ao contrário, os camponeses constituíam fração de classe, retardatária, análoga a um ‘saco de batatas’. Se esse grupo constituía uma categoria social integrante de uma parte da sociedade maior, estruturada em classes, que resiste à modernização; ou se, ao contrário, possui uma racionalidade econômica que repudia as tecnologias não apropriadas; se, como classe ou grupo, pertencia a um regime de produção já concluído (como o feudalismo, por exemplo), ou se sua manutenção sob o capitalismo lhe valia a consideração também capitalista; se constituía um modo de produção ou somente era uma sociedade parcial portadora de uma cultura parcial. Em definitivo, trata-se de encontrar o termo mais correto: se este era camponês, agricultor familiar, ou pequeno produtor de mercadorias (...). E quais poderiam ser as diferenças substantivas entre tais denominações.” (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 77-78)

Para Guzmán e Molina (2005) a questão camponesa baseada nesses termos é um “falso debate”, pois eles, ao adotarem a perspectiva agroecológica, entendem o campesinato, além de uma categoria histórica ou sujeito social, como uma forma de manejar os recursos naturais, extremamente ligadas às condições locais, utilizando-se conhecimento condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e grau de apropriação de tal tecnologia. Isso possibilita, portanto, falar em “Graus de Campesinidade” (GUZMÁN & MOLINA, 2005). Os autores tentam sistematizar todos os

embates teóricos desde as primeiras correntes da antiga tradição de estudos camponeses até o momento atual, vinculando-se os estudos camponeses à agroecologia. Assim, numa passagem mais adiante, Guzmán e Molina (2005) deixam claro seu posicionamento.

“Todo esse debate surgia da constatação, cada dia mais evidente, de que o campesinato não havia desaparecido [e que] era necessário definir uma categoria que desse conta dessa permanência e, ao mesmo tempo, das mudanças” (GUZMÁN & MOLINA, 2005: 78).

Assim, os autores afirmam que para dar conta desses aspectos é possível fazer uma interpretação do processo histórico através do manejo dos recursos naturais, diferenciando-o em três grandes tipos: o primário, ou próprio dos caçadores recoletores; o campesinato, ou secundário; e o industrial, ou terciário (GUZMÁN e MOLINA, 2005).

Para Guzmán e Molina (2005), o conceito de campesinato evoluiu desde o enfoque sobre sua estrutura social de produção e consumo até sua conceituação agroecológica. (GUZMÁN & MOLINA, 2005).

“Nesse sentido, o campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica dos recursos naturais. Dessa perspectiva, é possível falar de ‘campesinidade’ ou ‘grau de campesinidade’ com relação aos grupos sociais de produtores.” (GUZMÁN e MOLINA, 2005: 82)

O “grau de campesinidade” teria, então, os seguintes indicadores: a) energia utilizada; b) escala ou tamanho do âmbito espacial e produtivo de seu manejo; c) autosuficiência; d) natureza da força de trabalho; e) diversidade; f) produtividade ecológico-energética e do trabalho; h) natureza do conhecimento e, por último; i) cosmovisão. (GUZMÁN e MOLINA, 2005).

3.2. O campesinato no Brasil

Devido à visão linear do processo evolutivo da história, as formas sociais tendem a ser pensadas se sucedendo. Em cada período histórico são ressaltadas apenas as formas protagonistas diretamente de suas contradições, sendo as demais formas consideradas resíduos. No Brasil, em particular, a sociedade teria saltado da polarização senhor-escravo para capital-trabalho. Por isso, muitos autores não reconhecem a presença histórica do campesinato no Brasil, bem como na América Latina em geral. (NEVES & SILVA, 2008).

Embora o conceito de campesinato esteja relacionado à realidade da idade média européia, o campesinato brasileiro possui suas especificidades. Aqui, o campesinato surgiu no seio de uma sociedade escravista, às margens do grande latifúndio. Enquanto o forte enraizamento territorial caracteriza o camponês europeu, o camponês brasileiro foi marcada por uma forte mobilidade espacial. A posse predominantemente precária da terra acarreta numa grande instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de resistência e reprodução social. Assim, sua identidade, sua herança que tem sido transmitida por gerações é o seu modo de vida, mais do que a terra e o patrimônio (MARQUES, 2008).

NEVES E SILVA (2008) também entendem a origem da constituição do campesinato brasileiro, assim como em grande parte dos demais países da América Latina, através da implantação do modelo agrícola chamado de *plantation*.

Contudo, como conceito-síntese, Moraes (2008) e Marques (2008) afirmam que foi na década de 50 que este se consolidou. A última destaca ainda que até então o campesinato brasileiro recebia denominações diversas e locais, vinculadas à sua história e sua região de origem. Já a primeira, destaca que o conceito se consolidou na reflexão agrária no Brasil,

“(…), quando ‘(...) não só o rural se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, mas se afirma, simultaneamente, enquanto problema político’, no seio de um importante debate sobre o caráter do desenvolvimento brasileiro (PORTO, 1994: 77).” (MORAES, 1998: 123)

De acordo com Moraes (1998), foi justamente nesta mesma época que a sociedade brasileira toma um caráter capitalista. Assim, o conceito que abrangia as populações agrárias não patrimoniais e nem proletária é o de camponês. E acrescenta que é o conceito de camponês que vai dar unidade a uma diversidade de relações de trabalho e de acesso a terra, resultando numa identidade política, fundamental às lutas agrárias da época (como as Ligas Camponesas, por exemplo). Para Moraes (1998) a identidade camponesa surgia justamente do fato de que historicamente o acesso à terra no Brasil constituiu-se na forma de grande propriedade (identificado como latifúndio) e restaria ao campesinato ocupar os espaços vazios deixados por ele. Nas palavras da autora:

“Assim, tanto na dimensão político-social quanto na dimensão político-ideológica, o conceito-síntese que traduzia a identidade que informava tanto as análises quanto as lutas políticas (vide Ligas Camponesas) era o de camponês, em oposição ao de latifúndio.” (MORAES, 1998: 124)

Marques (2008) também destaca o latifúndio como o par contraditório do campesinato, aparecendo, ambos os conceitos como *“categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas (MARTINS, 1981).” (MARQUES, 2008: 60).*

Na década de 1960 e início da década de 1970, a utilização do conceito de camponês alcançou o seu auge no Brasil.

“Em largos traços, esse campesinato passa a ser analisado pelas ciências sociais no Brasil, basicamente por três grandes enfoques: um de cunho marxista, com ênfase no processo de proletarianização e portanto com um olhar voltado menos para o campesinato e mais para o desenvolvimento do capitalismo no campo; um outro enfoque, inspirado no conceito redfieldiano de part-society, buscando focalizar o camponês em sua inserção na sociedade mais ampla; e um terceiro, resgatando a análise chayanoviana a partir de sua teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas.” (MORAES, 1998: 124)

Para Moraes (1998), os dois últimos enfoques tem em comum o tratamento do campesinato *“como algo específico, seja como cultura [Chayanov] ou como economia [Redfield], buscando a partir ora de um, ora de outro desses aspectos, o irreduzível, a identidade” (MORAES, 1998: 124).*

“Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. O domínio de tal perspectiva contribui para o arrefecimento do debate político travado em torno do tema da questão agrária. (PORTO e SIQUEIRA, 1994)” (MARQUES, 2008: 60)

Assim, surgia um novo par contrastivo: *“a grande produção e a pequena produção”*, e os camponeses passam agora a serem referidos como produtores de baixa renda ou pequena produção (MORAES, 1998). Os produtores rurais passam a ser classificados em pequenos, médios e grandes.

“Dessa forma, a diferença era apenas de tamanho. Todos eram produtores. Para Porto (1994: 79): ‘No que diz respeito ao caráter propriamente político da questão, pode-se afirmar que o conceito de pequena produção contribuiu para uma relativa despoliticização do tema. Sob esse aspecto, não parece haver dúvidas de que ao conceito de campesinato associava-se sobretudo um conteúdo político e ideológico, que se torna profundamente nuançado no conceito de pequena produção’.” (MORAES, 1998: 125)

Portanto, o debate sobre a questão mudou seu enfoque. Não se tratava mais da existência ou não de um campesinato brasileiro, mas tal existência poderia ser útil, ou funcional, ao capital, enquanto pequena produção, ou nos termos de uma certa autonomia. Ou seja, os estudos se voltavam para a economia camponesa. Contudo, Moraes (1998) destaca que isso não significa que estes estudos eram estritamente econômicos. Na verdade, os estudos uniam aportes economicistas e culturalistas, buscando entender suas lógicas ou racionalidades próprias (MORAES, 1998).

“Numa outra direção, os estudos sobre a pequena produção vão percorrer do final da década de 70, até o final da década de 80, uma trajetória notadamente centrada na compreensão da lógica e do ritmo da acumulação capitalista no campo. Tais análises iam da abordagem da funcionalidade da pequena produção ao capital, passando por aquelas que enfatizavam a subordinação desta ao capital, até as abordagens das questões de integração e de exclusão da pequena produção aos complexos Agroindustriais (Porto, op. cit.). Observa-se que tais análises tiveram continuidade, sob muitos aspectos e, muitas vezes de forma crítica, em estudos posteriores sobre a agricultura familiar moderna, tipo ‘farmer’, integrada ao mercado, muitas delas focando não só a lógica do capital mas procurando encontrar a dialética da relação entre camponeses – em franco processo de transformação social – e a agroindústria.” (MORAES, 1998: 127)

Na década de 1980, com a redemocratização do país e a retomada da questão agrária, surgiram novos movimentos sociais de caráter mais específicos que conseguiram politizar novamente a discussão da questão agrária e do conceito de camponês (MORAES, 1998: 127). Esses movimentos específicos expressariam uma grande diversidade de demandas criadas no campo pelo processo de modernização, que acarreta “na necessidade de reconhecimento legítimo da diferença” (MORAES, 1998: 127).

“Na minha compreensão dessa trajetória, vejo questões novas de continuidade/descontinuidade na definição conceitual daquelas categorias sociais inicialmente identificadas como camponeses e que após serem vistas como pequena produção, assentados, invasores, sem terra, barrageiros, etc., reaparecem em cena, sob o rótulo de agricultura familiar ou produção familiar.” (MORAES, 1998: 128)

Já nos anos 1990, o conceito de agricultura familiar é proposto como substituto para o de camponês, enquanto conceito-síntese e foi largamente aceito, sem maiores reflexões tanto na academia, para o Estado e também para os próprios agricultores e suas entidades (sindicatos e movimentos sociais). A base dessa substituição é o evolucionismo do processo histórico, contribuindo ainda mais para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. (MARQUES, 2008).

Carvalho (2005) entende que as expressões *agricultura familiar*, *pequeno produtor rural* e *pequenos agricultores* tomaram, desde o início da década de 90, conotações ideológicas,

“(…), não porque imprecisas ou insuficientes para dar conta da diversidade de formas sociais de reprodução das unidades de produção/extração centradas na reprodução da vida familiar presentes e em desenvolvimento no país, mas, sobretudo, porque foram disseminadas no interior de um discurso teórico e político que afirmava a diferenciação e fim do campesinato em duas categorias: aquela que seria transformada em empresas capitalistas pelo desenvolvimento das forças produtivas e aquelas que se proletariariam ou permaneceriam dependentes de apoios sociais das políticas públicas.” (CARVALHO, 2005: 23)

Já Moraes (2008) acredita que a elaboração do conceito de agricultura familiar, além de não invalidar os conceitos anteriores e ainda absorvê-los, é uma tentativa de retomar o caráter sintético que o conceito de camponês possuía nos anos 50 e 60. Para a autora, essa retomada seria capaz de abranger variadas conotações e ao mesmo tempo criar uma identidade mais contemporânea, de um campesinato que estava se transformando em profissão de agricultor.

Tendo como base o amplo estudo organizado por Lamarche, na qual foi feita uma pesquisa de comparação internacional sobre a questão em diversos países, incluindo o Brasil, a autora afirma que:

“Conceitualmente, a agricultura familiar não traduz, portanto, ‘(...) um grupo social homogêneo (...) que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo (...). A exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade.’” (MORAES, 1998: 129)

Moares (1998) aponta as consequências da modernidade para a agricultura brasileira. Para ela, enquanto em alguns países o agricultor tipo *farmer* viabilizou-se, tornando-se em alguns a base do desenvolvimento, o modelo brasileiro mostrou-se incapacitado para integrar esse agricultor familiar. Wanderley, citada por Moraes (1998), observa *“que se em diversos países modernos, a agricultura foi incentivada (como no caso da França), ou mesmo tolerada (como em alguns países coletivistas), no Brasil ela tem sido, historicamente, ‘bloqueada’”* (MORAES, 1998: 130). Para a autora, no Brasil o que se observa é a coexistência de formas de produção familiar mais tecnificadas com formas mais próximas de um tipo ideal de camponês. *“Ou seja, aqui não se observa de forma tão determinante (...) uma trajetória que vai ‘de camponeses a agricultores’.”* (MORAES, 1998: 131).

Uma importante análise sobre a questão em discussão observada por Moraes (1998) foi realizada por Veiga (1994) que subsidiou a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

“Veiga analisa a agricultura brasileira como base em dois modelos (...): um modelo patronal e um modelo familiar. A marca, no primeiro, seriam a completa separação entre gestão e trabalho; a organização centralizada; ênfase na especialização; ênfase em práticas agrícolas padronizáveis; trabalho assalariado predominante; tecnologias dirigidas à eliminação de decisões de terreno e de momento. Já o segundo modelo caracteriza-se por: trabalho e gestão intimamente ligados; direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.” (MORAES, 1998: 131)

Embora Veiga destaque a importância da promoção da agricultura familiar para benefício da sociedade brasileira, Moraes (1998) identifica nele uma perspectiva evolucionista em sua análise, acarretando numa tipologia da agricultura familiar em: familiar consolidada; de transição; e periférica.

Porém, diversos autores não concordam com o uso do termo agricultura familiar para abranger todas as formas de produção que se utilizam majoritariamente da mão-de-obra familiar. Para Fernandes (2009) os teóricos da agricultura familiar defendem:

“(...) que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se, assim, um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001: 29-30).” (FERNANDES, 2009: 3)

Para Fernandes (2009), essa linha de pensamento, na qual busca diferenciar a agricultura familiar do campesinato implica dizer que o camponês é um produtor de uma agricultura de subsistência, seguindo a lógica de diferenciação e desintegração desenvolvidas por Lenin e Kautsky. O autor destaca que essa linha de pensamento não consegue dar conta de compreender o processo de luta política para se ter acesso à terra,

como as ocupações da MST, por exemplo, sendo este um processo essencial para a formação do campesinato brasileiro hoje.

3.3. Campesinato no Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha, localizado na região nordeste do Estado de Minas Gerais, pode ser dividido em duas porções contrastantes: o Alto e o Baixo Jequitinhonha. O Alto situa-se numa área de transição entre cerrado e semiárido, sendo marcado pela predominância de unidades familiares na agricultura, posse da terra pulverizada, baixo dinamismo econômico, alta taxa de migração, tanto sazonal quanto definitiva, e agricultura extrativista baseada em um sistema de pousio. O baixo Jequitinhonha é caracterizado por vegetação de mata atlântica – em alguns espaços alternada por matas secas – concentração das terras em grandes fazendas de pecuária extensiva e pelo regime de agregação como forma de acesso à terra para os lavradores (GALIZONI, 2002).

A história e os estudos acerca do Vale do Jequitinhonha podem ser divididos em três grupos: trabalhos acadêmicos sobre a região, diagnósticos de vários órgãos públicos (CODEVALE, Secretarias de Estado, etc), ou ainda crônicas sobre a vida da população e sobre a história do Vale elaboradas por viajantes estrangeiros que o visitaram desde o século passado ou redigidas por seus "filhos ilustres" (RIBEIRO, 1997).

A predominância dos dois primeiros tipos contribuíram para construir uma imagem de que o Vale ficou estagnado por mais de 150 anos, desde o declínio da mineração de ouro e diamante, no início do século XIX, até os anos 1970, com a expansão da pecuária e a implantação das culturas de eucalipto e café. Com isso, o Vale do Jequitinhonha é sempre visto como o “Vale da miséria”, no qual a população é formada por camponeses pobres, com baixa escolaridade e saúde precária, utilizando técnicas de plantio rústicas, que convive constantemente com o problema da seca e que perdem a população através da migração para outras regiões (RIBEIRO, 1997).

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir dos anos 1950, o Vale sofre significativas transformações. As relações deixam de se dar com as áreas vizinhas e passam para os grandes centros urbanos, ampliando o mercado. Esse processo foi facilitado também pela melhoria das estradas e transportes no Vale e áreas próximas. Assim, os produtos regionais passaram a ser comercializados em mercados mais distantes e surgiu a possibilidade de outras mercadorias industrializadas e da agricultura chegarem até o Vale, que concorriam com os produtos locais (RIBEIRO, 1997).

Ribeiro (1997) afirma que as consequências desse processo se mostraram principalmente na formação dos preços de produtos agrícolas no Vale e regiões próximas, que deixam de ser regulados por fatores naturais, que determinavam sua abundância ou escassez, ou pelo comércio local. Passaram a obedecer, cada vez mais, a uma lógica de mercado de dimensões ampliadas e complexas que os camponeses e os comerciantes locais não conseguiam se apropriar. A expansão do mercado também significa a introdução de novos bens de consumo, tanto para a unidade de produção, quanto para a família camponesa, substituindo alguns bens que antes eram produzidos dentro da propriedade.

Assim, a expansão do mercado assume um duplo sentido para o camponês: reduz o seu espaço de comercialização e valor de seus produtos que agora devem concorrer com os produtos industrializados, reduzindo, conseqüentemente, as possibilidades de obtenção de renda; e ao mesmo tempo lhe atribui novas necessidades de consumo, aumentando a sua

necessidade de obtenção de renda. Daí aparece a necessidade do camponês de se assalariar temporariamente através da migração sazonal (RIBEIRO, 1997).

Com melhor acessibilidade através da melhoria das vias de acesso, o Vale passa a ser visto sob a ótica modernizante dos anos 1950/1960, para a qual a realidade local parece primitiva e que precisava se adequar ao “progresso nacional” como o único caminho para vencer o subdesenvolvimento (RIBEIRO, 1997).

Segundo Ribeiro e Galizoni, citados por Teodoro e Ribeiro, após a década de 1970, as políticas públicas direcionadas para a região se voltaram principalmente para o incentivo de plantações de eucaliptos. Isso acarretou na invasão das terras das chapadas pelas grandes empresas plantadoras de eucalipto (PEREIRA, 2005).

Essas políticas interferiram nos processos de dinâmica social das famílias camponesas que antes utilizavam as terras de chapada como áreas comuns, agora ocupados por eucalipto, levando a uma superexploração das áreas de grotá. É importante destacar que a questão espacial da terra constitui-se um dos principais fatores limitantes da reprodução social do campesinato. Um dilema enfrentado pelas famílias é justamente o fracionamento das terras. A terra se constitui no principal meio de produção e patrimônio dos agricultores, mas por pressões demográficas e de esgotamento dos recursos ambientais torna-se um fator limitante para a reprodução social. Com o aumento do número de membros da família, esta é obrigada a tomar uma decisão interna de quais de seus membros serão obrigados a migrar para que a condição camponesa possa se perpetuar (GALIZONI, 2002).

Galizoni (2002) constata que a posse da terra no Alto Jequitinhonha é marcada por uma profunda fragmentação. A pressão demográfica pode ser constatada através do tamanho das terras e pelo estado de degradação devido ao uso contínuo.

A população rural do Jequitinhonha classifica o ambiente a partir de critérios próprios, com base na vegetação, potencial de uso e distribuição espacial, e classificam as terras em: terras de cultura, que são as terras mais úmidas, férteis, próximas aos cursos d’água e consideradas as melhores para o cultivo de roças e mantimentos; caatinga, que geralmente estão nas cabeceiras dos córregos e são utilizadas para cultivo de plantas mais rústicas, tais como mandioca, abacaxi e, às vezes, café; e campos, que são terras constituídas de capim nativo e utilizadas para pastoreio e extração de madeira, lenha, frutas e plantas medicinais, sendo consideradas impróprias para o cultivo (GALIZONI, 2002).

“Os recursos oferecidos pelo ambiente são explorados coletivamente e objeto de uma rigorosa prescrição comunitária: as áreas comunais de “solta” do gado, extração de madeira, frutos silvestres e locais de caça não são usadas aleatoriamente por todos; pelo contrário, a utilização desses recursos foi tema de cuidadosas e delicadas demandas e negociações.” (GALIZONI, 2002:7).

O principal objetivo dos agricultores é adquirir terras de cultura que dê para produzir mantimentos e garantir a sobrevivência da família. A forma de cultivo adotada por esses agricultores é o sistema de *roça de toco* e *coivara* (GALIZONI, 2002). Como as terras dos agricultores são pequenas, e com o impedimento da utilização das chapadas que estão agora ocupadas com o plantio de eucalipto, significa dizer que o tempo de pousio das áreas de cultura é menor e a pressão sobre os recursos da terra é maior, desgastando assim a fertilidade e diminuindo a produção. (GALIZONI, 2002).

Para Galizoni (2002), a apropriação da terra e do meio não são processos individuais, mas familiares. Assim como a migração também o é. O destino dos membros da família são delineados pela dinâmica da relação entre família, terra, patrimônio e

ambiente. Para entender os movimentos dessa população é preciso, além de entender a sua relação com o meio, focar as relações de parentesco. A migração, portanto, é um importante processo familiar e não se dá de forma aleatória e individual. Ao contrário, geralmente as pessoas que migram buscam lugares onde possuem parentes e afins, mantendo ou reconstruindo seus laços familiares no novo local (GALIZONI, 2002). Contudo, isso não significa dizer que as condições de trabalho dos migrantes do Vale do Jequitinhonha, principalmente os que vão para o corte da cana em São Paulo, são bastante precárias e a exploração desses trabalhadores se dá de forma intensa. Mesmo assim, a população e a família optam pela migração principalmente pela questão econômica.

A posse da terra é legitimada pelo trabalho sobre ela e pelo seu uso. Woortmann *apud* Galizoni (2002) aponta que o trabalho assume uma base de ordem moral – a campesinidade – organizando o universo da família. Dessa forma, ao herdar-se a terra, herda-se também o trabalho que a família fez sobre ela. A falta de posse legal da terra reforça a idéia de legitimação desta pelo trabalho.

Os terrenos no Alto Jequitinhonha caracterizam-se por serem pequenos, como já foi mencionado, e também por serem descontínuos. A fragmentação pode ocorrer devido a sucessivas partilhas de herança, mas também como estratégia de montar um complexo de ambientes que contemple áreas de cultura, caatinga e campo (GALIZONI, 2002).

Dentro das famílias existe uma diferenciação interna baseada nas conjunturas externas dadas pela migração, trabalho, casamento, processos de acumulação e ambiente. Essa diferenciação se refletirá na diversificação de trajetórias e destinos, sendo fundamental na constituição do herdeiro ou do migrante. Ou seja, processo de herança e de continuidade ocorre através de processos de articulação internos e externos à família. Todo esse processo de herança é bastante conflituoso, tenso, uma correlação que mescla força e astúcia dos membros da família (GALIZONI, 2002).

A reprodução social de novas unidades domésticas implica na transformação de parte dos membros da família em outras categorias sociais. Ou seja, faz parte da estratégia da família camponesa, enquanto tal, que uma parte de si mesma se transforme em não-camponesa (GALIZONI, 2002).

A migração pode ser tanto sazonal quanto definitiva. Na sazonal, os recursos obtidos são destinados para o consumo da família de bens mais dispendiosos ou para aquisição de terras (GALIZONI, 2002).

“No Alto Jequitinhonha há uma combinação intensa entre terra, casamento e migração. A principal característica da migração na região é ser sazonal, rapazes e moças passam o período da seca trabalhando em outras regiões - aproximadamente sete meses os homens e quatro as mulheres - retornam para, na época das águas, ajudar a família nas lavouras. A migração, nessa região, possui especificidades muito localizadas. Como normalmente a saída reflete uma trajetória familiar, há destinos muito variados que se combinam. Pode-se afirmar que o corte da cana e a colheita do café são os principais destinos, mas existem uma série de outros que se enlaçam com estes e compõem a estratégia familiar: litoral paulista, o garimpo, empregos urbanos, etc.” (GALIZONI, 2002: 13)

A relação casamento-herança-migração se concretiza de forma a garantir a reprodução da família. Assim, migração, tanto sazonal quanto definitiva, é uma estratégia familiar (GALIZONI, 2002). Pois trata-se aqui de combinar recursos do estabelecimento com aqueles a que pode ter acesso fora, visando a sobrevivência imediata e garantia da reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 2005).

Galizoni (2002) e Ribeiro (2007) fazem as análises sobre o campesinato no Vale do Jequitinhonha, como se pode observar através dos argumentos aqui expostos, observando

diversos aspectos das definições de campesinato, principalmente feitas por Martín (1992). Assim, o confronto das idéias abre a possibilidade de referência aos agricultores do Vale como camponeses.

4. Considerações Finais

Para finalizar o trabalho vê-se necessário destacar e relacionar alguns conceitos que foram trabalhados. Antes de mais nada, é importante ter claro que o campesinato é uma classe social que conviveu com diversos sujeitos sociais em diversos tipos de sociedade. Isso permitiu uma visão do campesinato e do próprio processo histórico multilinear.

“O conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.”
(MARQUES, 2008: 58)

Com relação ao conceito de campesinato, o eixo central de suas características encontra-se no estabelecimento familiar, entendido como o conjunto terra-família. É aí que se encontra também a sua identidade de classe, bem como a sua ideologia, a saber, a reprodução da família, ou a garantia das suas necessidades atuais e das gerações futuras.

A controvérsia central pode ser resumida em três linhas gerais: o *fim do campesinato*, que entende que o camponês deixará de existir e ocorrerá a proletarianização do campo, à medida que o avanço do capitalismo no campo se aprofunda; a *metamorfose do campesinato*, que entende que o caminho para o camponês é transformar-se em agricultor familiar, integrado ao mercado, e que assume a ideologia capitalista de acumulação de capital; e o *fim do fim do campesinato*, que vê a sua existência a partir de sua resistência, sua capacidade adaptativa, numa visão multilinear da história.

A constituição e perpetuação do campesinato brasileiro se confunde com sua história de resistência, dentro dos conflitos agrários, tendo o acesso à terra como objeto central do conflito.

Os diversos termos que passaram a serem utilizados com o objetivo de substituir o termo campesinato extrapolam a dimensão sociológica e assumem um conteúdo político.

À luz da discussão feita nesse trabalho, pode-se afirmar, a partir das características levantadas por Galizoni (2002), que os agricultores do Vale do Jequitinhonha podem ser entendidos como camponeses, principalmente pela forte relação com a terra, numa coevolução e desenvolvimento de estratégias para se reproduzir no ambiente, a centralidade na família e a sua lógica voltada para a reprodução desta.

Por fim, a visão multilinear do processo histórico e o conceito de “graus de campesinidade” dão ao termo “camponês” uma capacidade de compreender a diversidade da população no campo, bem como a dinâmica de seu movimento.

5. Referências Bibliográficas

CARVALHO, H. M. (org.). *O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: FAO/Incra, 1996.

FERNADES, B. M.. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. Disponível em: http://capacitacionapn.com.ar/cfycap/descargas/sociologia/agricultura_camponesa.pdf. Acessado em: 14/08/2009

GALIZONI, F. M.. *Terra, ambiente e herança no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 40, n. 03, p. 77-96, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar Projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora ATLAS, 1998.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. *Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato*. Brasília: Editora Expressão Popular, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acessado em: 14 out. 2009

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

LAMARCHE, H. (org.) *Produção familiar*. Campinas: UNICAMP, 1993

LAMARCHE, H. (coord.). *A Agricultura Familiar: do mito a realidade*. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

MARQUES, M. I. M.. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. Revista NERA, Presidente Prudente: Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008.

MARTÍN, R. D.. *Caracterizando al campesinado y a la economia campesina: pluriactividad y dependência del mercado como nuevos atributos de la "campesinidad"*. 1992. pp. 97-136

MORAES, M. D. C. de.. *De Camponês a Agricultor Familiar: Imagens do Campesinato, como Identidades da Ordem da Razão*. Revista Raízes, Campina Grande: Ano XVII, nº17, junho/98, pp. 121-134

NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato*. Formas tuteladas de condição camponesa Vol.1. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2008.

NEVES, D. P.; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato*. Formas tuteladas de condição camponesa Vol.2. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2008.



RIBEIRO, R. F.. *Os atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento regional e movimentos sociais*. Belo Horizonte, Mimeo. 1997

SHANIN, T.. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Revista NERA, Presidente Prudente: Ano 8, nº. 7, pp. 1-21, Jul.-Dez./2005.